

## A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO SOCIAL NOS PLANOS DIRETORES DA SUDENE (1959-1964)

Rafael Gonçalves Gumiero <sup>54</sup>

**Resumo:** O objetivo desse trabalho é apresentar como a questão social emergiu no repertório da SUDENE, nos anos 1959-1964. Esse avanço apresentou uma importante inovação na compreensão do subdesenvolvimento e na proposição de alternativas para o desenvolvimento do Nordeste pela SUDENE. Nos anos 1950, as políticas desenvolvimentistas balizaram as suas medidas para superação do subdesenvolvimento pela via do crescimento econômico, ou seja, através da implantação de indústrias. A emergência da questão social trabalhada pelo Segundo Plano Diretor da SUDENE marcou uma inflexão nas políticas desenvolvimentistas produzidas até aquele momento. Nesse sentido, apontamos que o desenvolvimento do “fator humano”, compreendido como ampliação da educação e treinamento de mão de obra foi reposicionado, transitou da posição marginalizada no Primeiro Plano Diretor da SUDENE para emergente no Segundo Plano Diretor dessa instituição. Portanto, a questão social emergiu nas diretrizes do Segundo Plano Diretor da SUDENE como alternativa para a saída do subdesenvolvimento e obedeceu a alguns movimentos que podem ser verificados nos documentos produzidos por essa instituição, durante o período de 1959-64, permitindo que sejam divididos em três movimentos: 1) diagnóstico e proposição de uma Política para o Nordeste, apresentada pelo documento *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste*, do GTDN; 2) aprovação do Primeiro Plano Diretor, que produziu uma política de desenvolvimento pautada pelos setores de infraestrutura (energia e transportes) e da indústria; 3) a queda de braço entre Furtado e o Conselho Deliberativo da SUDENE pela aprovação do Segundo Plano Diretor balizado pelas diretrizes de desenvolvimento do fator humano (educação), como eixo fundamental para o desenvolvimento da região Nordeste.

### INTRODUÇÃO

O tema do problema do Nordeste aguçou inúmeros teóricos a se debruçarem sobre esta questão. Há uma vasta literatura<sup>55</sup> que trabalhou imbricada nesse tema, sob diversos enfoques, seja na interpretação da terra, do homem, da luta pela

54 Doutorando do Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

55 Poderia citar uma vasta literatura de poetas, romancistas, folhetinistas e sociólogos sobre a sua compreensão do Nordeste. Portanto, na iminência de não citar todos os trabalhos nessa área e pela sua amplitude é proposto trabalhar com uma literatura em específico nesse artigo, a da economia política subjacente aos documentos da SUDENE, pois foi a arena de produção de uma interpretação de reação contra o subdesenvolvimento econômico do Nordeste e apontou pistas para a sua superação.

sobrevivência, da empresa açucareira e das suas relações sociais estabelecidas com a sociedade nordestina. Dentro desse universo que este tema nos apresenta, o objetivo desse artigo é trabalhar a emergência da “questão social” nos documentos da Superintendência de Desenvolvimento Econômico e Social para o Nordeste – SUDENE, dos anos 1959-1964. Justifico a opção pela escolha desses documentos dessa instituição de desenvolvimento regional no período referido, pois programou uma política de enfrentamento do subdesenvolvimento por intermédio de diretrizes para a transformação dessa região.

O reduzido recorte proposto nessa comunicação está inserido em um amplo movimento gestado em diferentes momentos por políticas, planos e programas para diagnosticar o atraso e apontar ações para o desenvolvimento do Nordeste. O balanço de políticas de desenvolvimento regional para o Nordeste com ênfase no recorte 1959-1980, ou seja, no período desenvolvimentista<sup>56</sup> apresentou diferentes momentos demarcados por distintas abordagens: 1945-58, da solução hidráulica ao esboço do planejamento do desenvolvimento econômico para o Nordeste; 1959-64, a formulação do documento do GTDN e o impacto político (institucional) da SUDENE; 1964-84, o esvaziamento político desta instituição diante da emergência dos programas setoriais para o Nordeste formulados pelo Ministério do Interior (MINTER) e pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

Dentre desse quadro composto por diferentes abordagens adotadas pelo Estado desenvolvimentista para intervir no Nordeste priorizei o recorte de 1959 a 1964, período do surgimento da *Operação Nordeste* e da institucionalização da Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste – SUDENE até o momento do Golpe Militar de 1964, delimitado pelo rebaixamento dessa instituição de autarquia para órgão vinculado ao Ministério do Interior durante os governos militares. Justifico essa opção de recorte pelo avanço metodológico e instrumental concedido pelo GTDN e posteriormente pela SUDENE na abordagem da questão do subdesenvolvimento no Nordeste. Ressalto como inovação na interpretação do Nordeste produzido pelo GTDN o método de análise que se distinguiu dos programas elaborados anteriormente

---

56 “O desenvolvimentismo [...] foi a ideologia econômica de sustentação do projeto de industrialização integral, considerada como forma de superar o atraso e a pobreza dos brasileiros” (Bielschowsky, p. 77, 2000). Bielschowsky expõe três diferentes interpretações desenvolvimentistas: setor público, setor privado, nacionalista. Os seus objetivos estavam em sintonia por um projeto de formação do capitalismo industrial moderno no país mediado pelas técnicas de planejamento e intervenção do Estado na economia.

pelo Estado, no caso o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, ao apresentar como fundamento básico o particular uso do método histórico-estrutural, oriundo da CEPAL, dando lógica ao tipo de abordagem que se denominou estruturalismo, evidenciado pelas particularidades do desenvolvimento da região Nordeste, ou o subdesenvolvimento, através da formação e reprodução de suas estruturas vis-à-vis à da região Centro-Sul e dos países desenvolvidos (GTDN, 1997[1959]). O GTDN conferiu importantes subsídios à SUDENE, que partiu desse método para a análise do diagnóstico e estruturou as suas diretrizes para planejamento da indústria, infraestrutura e reorganização da agropecuária do Nordeste.

A SUDENE é uma instituição de longa trajetória, surgiu em 1959 e foi extinta em 2002, no ano seguinte foi reinaugurada com novas perspectivas de ação, no Governo Lula. Portanto, não seria possível trabalhar a grande dimensão que essa instituição abrange nesse artigo. Carvalho (2011) apresentou o interessante estudo sobre a possibilidade em dividir a trajetória da SUDENE em diferentes fases, sendo possível dividi-la em quatro fases demarcadas pelas suas influências teóricas: 1) 1959-64 foi influenciada pela CEPAL; 2) 1965-198, a tese dos polos de desenvolvimento de Perroux orientou as suas estratégias; 3) 1985-2002 a questão do desenvolvimento sustentável passou a guiar seus prognósticos; 4) de 2003 em diante, o chamado desenvolvimento endógeno amparou as suas ações.

A reflexão dessa teórica nos ajuda a compreender a SUDENE enquanto uma instituição de desenvolvimento regional em constante movimento e marcada por diferentes fases. Com base na reflexão da autora supracitada podemos afirmar que se a SUDENE possuiu diferentes fases de influências teóricas, é possível compreendê-la enquanto instituição de trajetória que possui diferentes momentos políticos determinados pela conjuntura política e econômica, e que foram sintetizados em seus documentos (Planos Diretores, Atas do seu Conselho Deliberativo, o discurso em palestras do seu Superintendente).

A escolha pelo recorte da SUDENE no período (1959-64) obedece a três justificativas: 1) o grupo GTDN produziu um revelador diagnóstico do Nordeste, no final dos anos 1950, em paralelo apresentou audaciosas medidas para a sua superação do subdesenvolvimento nessa região. Esse documento alterou a interpretação produzida do Nordeste em relação ao DNOCS – transitando da solução hidráulica para a questão do subdesenvolvimento (remete ao método do

estruturalismo da CEPAL); 2) a implementação da SUDENE provocou um forte impacto político e institucional. Em sua “luta política” buscou apresentar o problema do Nordeste como uma questão de Nação, o que superou a percepção regional dessa problemática. Foi apresentada a opinião pública a necessidade de integração nacional no Brasil, como um fenômeno crítico de ordem pública e nacional, o que requereu medidas audaciosas dessa instituição para o desenvolvimento do Nordeste; 3) o conceito de desenvolvimento, tal como foi formulado pela ideologia desenvolvimentista, sofreu uma inflexão no pensamento da SUDENE, determinada pela emergência da questão social. Ela foi reposicionada da posição marginalizada no Primeiro Plano Diretor para coadjuvante no Segundo Plano Diretor, apesar de permanecerem como centrais as medidas de ação para a indústria e a infraestrutura do Nordeste.

Compreende-se que a transição da “questão social” da posição marginalizada para coadjuvante do Primeiro para o Segundo Plano Diretor da SUDENE obedeceu a seguintes proposições: 1) a qualificação da mão de obra para operar a indústria era um problema emergencial, pois a ausência de treinamento retardatária o processo de inserção da industrialização no Nordeste; 2) a reforma de bases foi uma bandeira levantada para a agenda do Estado no período 1959-64, fortemente defendida por Celso Furtado que estava no *staff* do Estado – como Superintendente da SUDENE, 1959-62 e Ministro do Planejamento, 1962-64; 3) Furtado apresentou em seu repertório as reformas de bases como alternativa para progredir o processo de desenvolvimento no Brasil, repertório priorizado em sua produção bibliográfica de 1961-64 nas obras, *O Estado subdesenvolvido e a democracia*, de 1961, *A Pré-Revolução Brasileira*, de 1962, *Dialética do Desenvolvimento*, de 1964, e nos artigos *Política econômica e reforma de base*, de 1962, *Reflexões sobre a pré-revolução brasileira*, de 1962, *A luta pelo Nordeste e a estratégia da SUDENE*, de 1962 e, *Obstáculos políticos ao crescimento econômico*, de 1965.

O recorte priorizado nesse artigo é das políticas desenvolvimentistas do GTDN e da SUDENE (1959-64) e podem ser compreendidos em dois momentos: 1) diagnóstico e a estratégia de uma Política para o Nordeste, apresentada pelos documentos *Uma política de desenvolvimento do Nordeste* e o livro de Celso Furtado *Operação Nordeste*; 2) Política em ação, determinada pelos documentos Primeiro e Segundo Planos Diretores da SUDENE, que anunciaram a proposta de desenvolvimento por intermédio da estratégia de industrialização e reformas de base.

Portanto, propositalmente esse recorte cronológico priorizou o seguinte material bibliográfico: documento *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*, de 1959, produzido por Celso Furtado (no GTDN); a Conferência proferida por ele neste mesmo ano intitulada *Operação Nordeste*, posteriormente transformada em uma obra que leva o mesmo título da palestra; o Primeiro Plano Diretor para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste, de 1960; e, por fim, o Segundo Plano Diretor, elaborado em 1963, e interrompido por conta do Golpe de 1964.

Além dessa introdução esse artigo foi dividida em três subseções. A primeira apresentou a mudança da racionalidade da compreensão do atraso enquanto resultado das secas, interpretação oferecida pelo Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS), para a compreensão do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) do atraso econômico enquanto um problema estrutural da economia. A segunda seção trabalhou com o impacto institucional promovido pela institucionalização da SUDENE na concertação de forças políticas e sociais do Nordeste e a sua proposta de desenvolvimento econômico inserida em seus Primeiro e Segundo Planos Diretores (1961-1964). Por fim, na última seção apresentamos a emergência da questão social nos planos diretores da SUDENE e a compreensão dessa instituição de que o desenvolvimento não poderia ser promovido somente pelo crescimento da produtividade.

## **A ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE DO GTDN**

No ano de 1958, a seca assolou a região do Nordeste. O DNOCS, enquanto instituição responsável ao combate às secas não correspondeu às expectativas das demandas do Nordeste e foi alvo de indignação pública, foi acusado de utilizar os recursos federais para influenciar favoravelmente a vitória nas eleições estaduais de vários candidatos a governadores de partidos políticos de oposição ao Governo federal. O cenário de calamidade pública associado a derrota do Partido Social Democrata (PSD), de Juscelino Kubistchek, nas eleições em vários Estados do Nordeste exigiu do Governo Federal medidas urgentes que dessem conta da “Questão Regional” (CASTRO, 1975; GOODMAN e ALBUQUERQUE, 1974).

O Estado com o objetivo de sistematizar uma estratégia de ataque à problemática questão regional solicitou a Celso Furtado, em 1958, um diagnóstico profundo da realidade nordestina e um plano de ação com sugestões concentradas para

essa região. O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), em 1959, sob a liderança de Furtado preparou um relatório da região com as atividades previstas e o seu orçamento. No mesmo ano, foi instituído o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (CODENO) e no ano vindouro a Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste (SUDENE).

No relatório GTDN, *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste*, superou a interpretação da questão climática do DNOCS sobre o atraso econômico do Nordeste, transitou da interpretação hidráulica para a do subdesenvolvimento, ou seja, em seu diagnóstico constatou o predomínio do latifúndio nessa região, que concentrava a mão de obra no setor primário-exportador associado ao alto crescimento demográfico e à baixa remuneração dessa força de trabalho. A sua ação foi institucionalizada através da fundação da SUDENE e dos seus Planos Diretores para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste.

O ponto de partida para a interpretação do Nordeste, enquanto região problema foi resultado da concepção formulada pelo GTDN sobre o subdesenvolvimento. A sua visão estava relacionada aos componentes como a realidade socioeconômica nordestina, os seus agentes, os condicionantes estruturais, a relação com outras regiões do Brasil e a partir disso, as medidas foram propostas.

A Operação Nordeste foi sancionada com a responsabilidade de apresentar diretrizes para a reestruturação da economia nordestina, de modo que, revertesse o relativo atraso dessa região em comparação a Centro-Sul. O GTDN em seu relatório *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste* trabalhou amparado pela estratégia do diagnóstico e intervenção, orientada pela ideia de planejamento setorial. O relatório GTDN foi um documento político que apontou a necessidade de reformulação da atuação do Estado no Nordeste e o estabelecimento de uma política para a transformação estrutural de todo o sistema social dessa região (GOODMAN e ALBUQUERQUE, 1974; GTDN, [1959]1997).

A análise elaborada pelo Grupo de Estudos evidenciou em seu diagnóstico os seguintes problemas: a) baixa renda da população; b) concentração de renda na elite; c) comércio desigual do Nordeste com o Centro-Sul; d) a pauta de exportações pouco diversificada e reunida em produtos primários; e) a Economia do Semiárido especializada em pecuária (classe proprietária) e atividade agrícola de subsistência (trabalhadores do campo) (GTDN, [1959]1997).

A interpretação do GTDN sobre o atraso econômico do Nordeste esteve muito próxima das teses do subdesenvolvimento dos teóricos do centro capitalista<sup>57</sup>. Contudo, o seu diagnóstico apresentou uma característica que permitiu classificar o Brasil como *lócus* de um subdesenvolvimento peculiar, esse grupo de trabalho compreendeu o Nordeste como resultado de dois núcleos de produtividade. No primeiro, chamado de “Litoral Úmido” a principal atividade produtiva era a cana-de-açúcar para exportação (monocultura), o capital se concentrava nas mãos da elite. No segundo, o “Semiárido”, sub-região com a economia pouco diversificada e focada na pecuária (latifundiários) e na agricultura de subsistência (dos trabalhadores rurais), o que resultava em sistema de acumulação de capital restrito à elite e os trabalhadores sobreviviam em nível de subsistência (GTDN [1959]1997).

O relatório do GTDN ([1959]1997) indagou como seria possível formular nichos de produtividade no Semiárido. Nessa sub-região foi explorada uma única atividade econômica, a pecuária, que esteve circunscrita às elites locais. Subjacente a esta situação, o pequeno produtor rural estava com a sua sobrevivência comprometida, consequência da sua pequena produtividade de subsistência sazonal e pelas limitadas condições impostas pela atividade pecuária<sup>58</sup>.

A questão central é, portanto, a seguinte: como elevar a produtividade da economia da região semi-árida? Para alcançar esse objetivo será necessário integrar o mais possível, no mercado, a unidade produtiva típica. No momento presente, essa unidade se articula com o mercado por meio da pecuária e da produção de algumas xerófilas, particularmente o algodão mocó. As condições ecológicas indicam claramente que a economia dessa região deve basear-se nesses dois elementos. Estabelecidos este ponto de partida, cabe indicar: quais são as características dimensionais e de organização que melhor se adaptam a uma unidade econômica, especializada na cultura de xerófilas e na pecuária, capaz de alcançar um grau razoável de produtividade? (GTDN, ([1959]1997), p. 421).

57 De acordo com a teoria do subdesenvolvimento elaborada pelos teóricos do centro capitalista – Rostow, Hirschman, Myrdal e Nurkse, dentre outros, qualificaram o subdesenvolvimento como proveniente de baixa poupança interna, concentração de produtividade em produtos primários, ou seja, artigos de baixo valor agregado, salários a nível de subsistência aos trabalhadores consequência da ampla oferta de mão-de-obra e baixa oferta de empregos, o que reforça a pequenez do mercado interno e a reduzida circulação da moeda, desestimulando o empresário ampliar a sua produção, o que colabora para a pouca diversificação produtiva nesse país (GUMIERO, 2011).

58 No final do século XVIII no Nordeste, a empresa açucareira declinou e a pecuária, atividade econômica de subsistência, emergiu como alternativa para a migração da mão-de-obra que antes estava voltada para a empresa açucareira. Nesse sentido, esta configuração moldou a estrutura econômica dessa região, transitando de uma economia dinâmica no século XVII para uma região que retrocedeu a produzir apenas o necessário para a subsistência da população. A mão-de-obra antes concentrada no sistema produtivo do açúcar se dispersou em busca de emprego na pecuária extensiva, o que determinou uma involução nas formas de divisão do trabalho e especialização, ocasionando o retrocesso às técnicas artesanais de produção (FURTADO, 2007).

A crise no Semiárido foi consequência da seca, que afetou a produção de alimentos dos trabalhadores rurais e de um sistema social rígido, que não os permitiam saírem da situação de subsistência. Essa crise apresentou fortes repercussões sociais, enrijeceu a estrutura social e reafirmou a concentração de renda nas mãos dos latifundiários (GTDN, [1959]1997).

O GTDN ([1959]1997), em seu diagnóstico<sup>59</sup> da economia nordestina concluiu que a crise de produtividade do Semiárido não foi a única barreira para empreender o desenvolvimento do Nordeste. Embora, a economia brasileira apresentasse, nos anos 1950, um ritmo acelerado de crescimento econômico, os efeitos de estímulo a expansão da dinâmica do mercado se limitou a uma desigual distribuição para as unidades federativas brasileiras. O chamado “desenvolvimento desigual” beneficiou unicamente a região mais industrializada (Centro-Sul), enquanto que na região atrasada (Nordeste) assegurou a sua pauta exportadora no setor primário e complementou a demanda da região industrializada do Brasil. A tabela 1, extraída do relatório GTDN, comparou a evolução da renda do Nordeste com a do Centro-Oeste, que registrou a sua involução.

**Tabela 1.** Renda das Principais Regiões do País em Anos Escolhidos

<b>Discriminação e Ano</b>	<b>Norte</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Centro-Sul</b>	<b>Total</b>
Renda (em milhões de cruzeiros)				
1948	5 766	25 523	133 387	164 675
1956	25 023	102 000	637 005	764 028
Idem (porcentagem)				
1948	3,50	15,49	81,01	100,00
1956	3,27	13,35	83,38	100,00
Renda per capita (em cruzeiros)				
1948	1 764	1 627	4 358	3 323
1956	6 322	5 450	17 029	12 718

FONTE: GTDN (1997).

59 Furtado em uma *Política de Desenvolvimento para o Nordeste e na Operação Nordeste*, aponta para o caso do crescimento econômico da região Centro-Sul em relação com a estagnação da região Nordeste.



Conforme a tabela supracitada, a situação de desigualdades regionais se agravou devido o crescimento proporcionado pela alta dinamicidade da economia do Centro-Sul ao cotejar à estagnação da economia do Nordeste. Dessa forma, foram identificadas duas dinâmicas contrárias na economia brasileira. O crescimento desigual concedia, inevitavelmente, para a região Centro-Sul maiores benefícios em suas relações comerciais com a região Nordeste. A sua economia era dinâmica, ou seja, a implantação da industrialização demandou um perfil de mão-de-obra mais qualificada, a migração da área rural para a urbana concentrou um índice de urbanização elevado, o que foi determinante para o Centro-Sul exercer o papel de polo dominante<sup>60</sup> sobre a região Nordeste (FURTADO, 1959; GTDN, [1959]1997).

Na região Nordeste, após o declínio do ciclo da cana-de-açúcar, a sua economia permaneceu estagnada e retrocedeu à economia tipicamente pré-capitalista (produção de subsistência da sua população). A economia nordestina atuou como complemento (produção e exportação de produtos primários) à demanda da economia do Centro-Sul. E, justamente por atender essa demanda, por produtos primários, o Nordeste não conseguia alcançar a próxima etapa para o desenvolvimento econômico, a industrialização (FURTADO, 1959).

Na tabela 2, foram reunidos os índices de produção dos dois principais setores da economia – agropecuária e indústrias no Nordeste e no Centro-Sul. Após o ano de 1950, a produtividade agropecuária e industrial do Centro-Sul ganhou fôlego e se distanciou da do Nordeste. Os dados registraram a liderança da produtividade no setor industrial do Centro-Sul em relação ao Nordeste, concomitante ao vagaroso crescimento dessa região.

**Tabela 2.** Índice da Produção Agropecuária e Industrial

Anos	Agropecuária		Indústrias	
	Nordeste	Centro-Sul	Nordeste	Centro-Sul
1948	100,00	100,00	100,00	100,00

60 Cano (2007) alerta para o erro conceitual usualmente praticado por alguns pesquisadores acerca da aplicação da relação centro-periferia da Cepal à dimensão regional, o referido autor procura desmitificar o “mito” do imperialismo paulista em relação a região Nordeste. Nos marcos internos de um país, não há fronteiras políticas ou alfandegárias internas, evitando apontar um suposto “imperialismo interno”. Entretanto, a posição de destaque da região Sudeste sobre as demais do país derivou da concentração automática de capital, mediante os interesses privados em detrimentos de outras regiões. Dessa maneira, houve a concentração de capital em um Centro Dominante, que norteou os rumos do processo de acumulação de capital à escala nacional.

1949	102,3	104,1	101,1	105,3
1950	107,5	107,8	103,9	118,8
1951	88,2	114,3	110,5	132,3
1952	95,9	123,5	113,0	141,9
1953	98,0	121,1	121,3	148,2
1954	114,1	129,6	128,6	160,7
1955	118,7	137,5	142,5	168,0
1956	125,2	132,4	149,8	181,2

FONTE: GTDN (1997).

A desintegração foi representada pelo reduzido nível de articulação econômica da região Nordeste com a região Sul foi um dos principais obstáculos para o seu desenvolvimento econômico. Dessa forma, o setor industrial da região Sul progrediu e promoveu condições suficientes para o seu crescimento auto-sustentado. Nessas condições, o seu mercado interno impulsionou o crescimento econômico, a sua dependência em importações de produtos foi reduzida (FURTADO, 1959).

O plano de ação do GTDN foi articular a política industrial aos seguintes pontos: a) promover oferta de emprego à massa populacional flutuante; b) substituir a antiga classe dominante (oligarquia) por uma classe dirigente que visasse o desenvolvimento; c) providenciar para o Nordeste capitais formados em outras atividades econômicas; d) através da industrialização concederia autonomia e expansão manufatureira; e) transformar a economia agrícola da faixa úmida pela ampliação da oferta de alimentos; f) deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste para a faixa úmida do *hinterland* maranhense (GTDN, 1997[1959]).

A estratégia do GTDN concedeu fortes subsídios para o plano estratégico e a institucionalização da SUDENE, realizada em 1960. A aprovação dos quatro Planos Diretores da SUDENE enveredou por esse caminho, apesar de marginalizar algumas das propostas elaboradas pelo GTDN, como a reforma agrária.

### **SUDENE - DO IMPACTO POLÍTICO À CRISE DE GOVERNABILIDADE (1959-64)**

Em 1959, orientado pelas medidas propostas pelo GTDN foi formada a SUDENE, uma estrutura administrativa norteadas por uma política de industrialização para o Nordeste. A SUDENE surgiu como uma Autarquia, o que significava ter um

nível institucional equiparado a de um Ministério e respondia diretamente a Presidência da República. O primeiro superintendente dessa instituição foi Celso Furtado, composta juntamente por uma Secretaria Executiva, de técnicos e burocratas, por um Conselho Deliberativo, tendo um caráter político, pois reuniu alguns Ministros, os nove governadores da região Nordeste e o de Minas Gerais<sup>61</sup>.

Furtado (2009[1959]), em seu discurso de posse como superintendente da SUDENE, aponta a necessidade do pacto político entre o governo federal e os estaduais dessa região para o aperfeiçoamento das instituições democráticas e para a execução de medidas em seus planos diretores.

Esses elementos de reforma política, contidos na Lei da Sudene, são da mais alta significação, porquanto os objetivos do desenvolvimento, traduzindo os ideais da convivência social, devem constituir denominador comum na ação política e ser afastados das faixas de fricção da luta partidária (FURTADO, 2009[1959], p. 166)

A institucionalização e o funcionamento da SUDENE dependeriam do pacto político, formado entre o Presidente da República – Juscelino Kubstichek, do Superintendente desse órgão – Celso Furtado, com os nove governadores da região Nordeste. Esse processo esbarrou em inúmeros interesses particulares dos dirigentes estaduais, o que dificultou a formação de uma “aliança” em torno da “questão das desigualdades regionais”.

Uma ideia simples cristalizou-se então: o problema do Nordeste é essencialmente *político*. Na medida em que essa região perdeu o acesso aos verdadeiros centros de decisão do país, ela acabou assumindo um verdadeiro estatuto colonial. Como “região problema”, que vive pedindo “ajuda”, que aceita ser considerada como uma “carga”, o Nordeste foi relegado ao segundo plano das prioridades nacionais. O lançamento da Operação Nordeste pelo presidente Kubitschek, em 1959, constituiu uma tentativa de modificar esse estado de fato. Sob a aparência de uma simples reforma administrativa, decidida por uma lei ordinária, promoveu-se uma mudança na própria estrutura da federação: os governadores dos nove estados da região iam agir conjuntamente, num quadro institucionalizado, com o apoio de amplos recursos técnicos e se fazendo representar nos centros nacionais de decisão. Um poder burocrático não podia mais agir sem tomar conhecimento da realidade da região (FURTADO, 2009[1979], p. 181).

Furtado (1962) afirmou ser necessário para o funcionamento dessa instituição a ação técnica e o comando político. Em outras palavras, sem política de desenvolvimento não há plano de desenvolvimento, e não é possível executar a política sem que ela alcance os centros principais do poder político. Para o referido

61 A área de atuação da SUDENE além dos nove Estados do Nordeste encampou o Norte do estado de Minas Gerais, área que compôs o chamado “Polígono das Secas” do Nordeste.

teórico, a SUDENE possuía a união entre a política, representada pelo seu Conselho Deliberativo composto pelos nove governadores do Nordeste, e a técnica, balizada em seus Planos Diretores pelo diagnóstico do Nordeste e um plano de ação para a saída do subdesenvolvimento. Portanto, a junção desses dois elementos permitiu que a SUDENE apresentasse as medidas para as prioridades do Nordeste à opinião pública.

No estudo realizado por Lima (2009) os “embates políticos” travados por Celso Furtado e o Conselho Deliberativo da SUDENE<sup>62</sup> no período de 1959-64 demarcou dois importantes movimentos.

O primeiro embate, 1959-61, antecipou a aprovação do Primeiro Plano Diretor dessa instituição e foi marcada pela disputa dos interesses estadualista dos representantes das unidades federativas da região Nordeste. As articulações classistas cederam lugar ao discurso de cada um dos estados da região Nordeste pela captação dos recursos financeiros. O embate ficou polarizado entre os estados nordestinos da área litorânea, Bahia e Pernambuco, produtores de cana-de-açúcar, e os da área seca, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, circunscritos pela produção da pecuária e algodão. Dessa forma, tomaram a “frente” em defesa do discurso da SUDENE os governadores de Pernambuco e da Bahia, desde que houvesse investimentos em seus territórios (LIMA, 2009).

A partir de 1962, a SUDENE enfrentou uma feroz batalha para aprovação das suas medidas diante do pensamento conservador do Conselho Deliberativo e pela Câmara dos Deputados. Cid Sampaio<sup>63</sup>, que havia apoiado a SUDENE até esse momento voltou se contra o campo de ação dela, acompanhado pela maioria dos governadores. O Segundo Plano Diretor da SUDENE incorporou demandas sociais em suas diretrizes de ação, apresentado assim, medidas redistributivistas na estrutura fundiária e ao fator de desenvolvimento humano. Por outro lado, o Conselho Deliberativo temendo que as medidas reformistas pudessem ser institucionalizadas

---

62 Oliveira (2008) em seu estudo clássico sobre as origens da SUDENE fez uma análise dos principais personagens que estiveram inseridos no processo de formação dessa instituição. Segundo o autor, figuras públicas como Celso Furtado, Cid Sampaio, João Goulart, Francisco Julião, Miguel Arraes podem ser compreendidas como *personas*, seguindo a terminologia de Karl Marx, ou representantes das forças sociais que estavam em fricção naquela ocasião.

63 Segundo Lima (2009) a mudança de posição de Sampaio de incentivador da Sudene para opositor foi dada pela subida ao poder de João Goulart e a possível ameaça do candidato ao governo de Pernambuco, Miguel Arraes. Em paralelo, a medida proposta pela Sudene de reorganização da produção da Zona da Mata providenciou determinantes para oposição de Sampaio a essa instituição.

abandonou o discurso que representava os interesses interestaduais e se uniram em um só coro contra a SUDENE. Pretendiam esvaziar esse órgão mediante os acordos estabelecidos com o governo norte-americano e a desaprovação da opinião pública das ações da SUDENE (LIMA, 2009).

O Primeiro e Segundo Planos Diretores produzidos no período de 1959 a 1964 representaram interesses de Celso Furtado pela transformação econômica e política da região Nordeste. O Primeiro Plano Diretor após um longo período de espera, vinte e um meses aguardando a sua aprovação pela Câmara dos Deputados, foi instituído pela Lei nº. 3.995 de 14 de dezembro de 1961, com orientação para o combate à pobreza do Nordeste. As suas principais diretrizes estiveram direcionadas para o suporte a formulação da infraestrutura – energia e transportes e indústria de base.

Ele foi formulado orientado pelo diagnóstico e prognóstico, como alternativa para a redução das desigualdades regionais e subdesenvolvimento nessa região. Diante disso, ele concluiu que três constatações determinavam o agravamento do subdesenvolvimento: a) o Nordeste é uma das regiões em que a população vive em condições precárias; b) a região apresenta potencial inexplorado para o seu desenvolvimento, existe uma variedade de recursos naturais subutilizados e há contingente populacional suficiente para receber treinamento e assimilar técnicas modernas; c) a liderança do Poder Público, no processo de formação de capital, é primordial para que seja reduzida a distância (econômica, social e infraestrutura) que separa o Nordeste do Sul do país (SUDENE, 1966a).

Como propostas para superação do subdesenvolvimento, o Primeiro Plano Diretor indicou diretrizes orientadas majoritariamente por duas frentes de trabalhos: 1) modernização da infraestrutura - investimentos em transportes e no setor da energia elétrica, reformulação da política de aproveitamento dos recursos de água e prioridade nos investimentos aos serviços de abastecimento de água urbanos no interior dessa região; 2) reorganização da economia - reestruturação da economia rural da zona úmida e na caatinga, com a conciliação mais racional dos recursos de terra, colonização da zona úmida, do Maranhão e Sul da Bahia, coordenação dos investimentos públicos e privados para as indústrias de base (SUDENE, 1966a).

A lei nº 3692 atribuiu à SUDENE a responsabilidade de formular diretrizes de uma política de desenvolvimento regional. Com base nessa lei, essa instituição aplicou uma reforma administrativa para executar as técnicas de planejamento combinada com o mecanismo de incentivos fiscais, o “Artigo 34”, para formação de

empresas nacionais privadas especializadas em diferentes setores produtivos no Nordeste.

O denominado “Mecanismo 34/18”, funcionou outorgando isenção de até 50% dos impostos de renda de pessoas jurídicas que optassem em aplicá-los em investimentos no Nordeste, o que era esperado que fossem estimuladas nessa região (SUDENE, 1966a). Os incentivos fiscais para empresas nacionais privadas foram:

a) concessão de câmbio favorecido ou de custo, ou autorização para licenciamento de importação sem cobertura cambial, para equipamento destinado ao Nordeste, inclusive implementos agrícolas considerados essenciais ao desenvolvimento da região; b) isenção de quaisquer impostos e taxas à importação de equipamentos destinados ao Nordeste, considerados, preferencialmente, os das indústrias de base e de alimentação, desde que não se trate de máquinas e equipamentos usados ou reconicionados, nem haja similar no país; c) recomendação de financiamento ou aval a investimentos para o desenvolvimento econômico do Nordeste, enquadrado no Plano Diretor da SUDENE, a serem concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico ou Banco do Nordeste do Brasil (SUDENE, 1966a, p. 154/155).

A exigência da SUDENE (1966a) para concessão desses incentivos à instalação da indústria no Nordeste foi prioritária aos setores: infraestrutura econômica, especialmente energia elétrica, serviços básicos de transporte e comunicações, extração de recursos minerais; as indústrias estratégicas e as que utilizavam como insumo as matérias-primas locais; ao reequipamento de indústrias de alimentos, produção agrícola, pesca e armazéns.

O prognóstico da SUDENE propunha avançar por intermédio da reorganização da agropecuária e da política de industrialização. O programa de desenvolvimento agropecuário do Nordeste foi empregado em conjunto pelo Ministério da Agricultura, o DNOCS, o Conselho do Vale do rio São Francisco - CVSF, o BNB e outros órgãos com a supervisão e investimento de fundos da SUDENE. O montante global de investimentos para o quinquênio (1960-1965) correspondeu a 10 bilhões de cruzeiros. Esses investimentos estavam direcionados em três vertentes: a) ampliação da oferta de terras; b) reorganização da economia da zona semiárida<sup>64</sup>; c) pesquisa e experimentação (SUDENE, 1966a).

---

64 Os investimentos na reorganização da economia do Semiárido mediarão projetos prioritários em atividades distribuídas na produção de algodão arbóreo, mamona, oiticica e plantas forrageiras. (SUDENE, 1966a).

A política de industrialização da SUDENE interveio nos seguintes pontos: a) promoção de infraestrutura para o transporte e a energia, capacitando o meio com condições para uma distribuição da atividade industrial de base econômica; b) coordenação de incentivos proporcionados pelo governo federal às iniciativas privadas; c) modificação da estrutura industrial, pela criação de indústrias de base altamente germinativa, como a siderúrgica; d) reorganização e reequipamento das indústrias tradicionais, como a têxtil; e) aproveitamento das matérias-primas locais; f) reestruturação das atividades artesanais (SUDENE, 1966a).

O Segundo Plano Diretor da SUDENE foi elaborado para o período de 1963/65 e seguiu as diretrizes estabelecidas pelo seu antecessor. Porém, apresentou importantes inovações em relação ao seu antecessor, avançou nas medidas para o “desenvolvimento do fator humano”. Do Primeiro para o Segundo Plano Diretor da SUDENE, os investimentos em infraestrutura foram reduzidos e reinvertidos para outros setores, com destaque para o aumento nos investimentos no fator humano e bem estar social.

Ao contrário do Primeiro Plano Diretor, em que os investimentos, infra-estruturais representavam 75 por cento do esforço total, a construção da infra-estrutura de transportes e fornecimento de energia já não absolverá mais de 46 por cento dos recursos neste Segundo Plano. Os investimentos diretamente ligados à produção tiveram sua participação elevada de 15 para 25 por cento do total. Os pré-investimentos cresceram de forma substancial, elevando-se sua participação de 5 para 15 por cento, sendo que praticamente todo o incremento corresponde a recursos destinados à melhor capacitação do fator humano. A modificação mais importante, todavia, é a que se observa com respeito aos investimentos ligados ao bem-estar social: a participação destes cresce de 5 para 15 por cento (SUDENE, 1966b, p. 8).

O técnico em educação Antônio Cabral de Andrade da SUDENE, em sua entrevista para o jornal do Commercio de Pernambuco, publicada em fevereiro de 1963, afirma que o sentido da educação não possui um fim em si mesmo, mas um meio para alcançar o desenvolvimento. Para tanto, a SUDENE se posicionou para amparar o ensino agrícola e industrial, os cursos técnicos e de ensino superior, para qualificar a mão de obra para assumir postos de trabalhos na indústria e na agricultura. Entretanto, nesse plano Diretor a maior porcentagem de investimentos permaneceu no de infraestrutura, reafirmando-a como prioridade para a SUDENE (Cadernos do Desenvolvimento, 2006, p. 166).

As diretrizes do Segundo Plano Diretor da SUDENE (1966b) para o setor de Pesquisa, Educação de Base e Saúde direcionaram para elaborar o levantamento de

recursos naturais disponíveis na região e eliminação do analfabetismo e treinamento para a ampliação da oferta de técnicos; no setor da Reforma Administrativa foi a criação de dois fundos de financiamento, mecanismo 34/18; para o setor de reorganização da Economia foram estimular investimentos na iniciativa privada; e, para o setor de infraestrutura, continuidade da instalação de infraestrutura de serviços, transportes e energia iniciada no Plano Diretor anterior.

A legislação que estabeleceu o Segundo Plano Diretor introduziu algumas mudanças institucionais. O mecanismo de incentivos fiscais formulado com o Primeiro Plano Diretor foi alterado, a sua cobertura foi estendida para empresas de capital estrangeiro registradas no país, o que providenciou a isenção de imposto de renda e aprovação dos seus projetos para o Nordeste. O Sistema 34/18 (recebeu essa denominação em função do artigo 34 da Lei 3995/61 e do artigo 18 da Lei 4239/63) surgiu como uma das alterações aos incentivos fiscais concedidos as empresas privadas.

As mudanças que ocorreram no sistema 34/18 convergiram na expansão de seus recursos financeiros ao setor agrícola e até mesmo as empresas internacionais. Soma-se a estas alterações, a determinação de que o optante poderia ser o próprio investidor, nacional ou não. Os seus investimentos também foram direcionados para pesquisa em recursos minerais, indústria siderúrgica, redução do impacto das flutuações na taxa de câmbio sobre empreendimentos que se beneficiaram de investimento externo e permitir a mobilização de recursos para financiar habitações populares (GOODMAN e ALBUQUERQUE, 1974: 196-197).

No setor de educação a SUDENE (1966b) propôs como medida a ampliação da capacidade instalada do sistema educacional do Nordeste, para determinar padrões mínimos de cultura à população do Nordeste, treinamento da mão-de-obra, com os níveis médio e superior de educação. O programa formulado pelo órgão abrangeu os seguintes projetos:

a) aumento das matrículas no ensino primário; b) ampliação e reequipamento da rede de escolas técnicas e industriais de nível médio; c) ampliação e reequipamento da rede de escolas agrícolas de nível médio; d) melhoria de ensino técnico de nível superior; e) formação de pessoal destinado aos Estados e Municípios; g) formação de pessoal para a SUDENE (SUDENE, 1966b, p. 31).

A ausência de técnicos qualificados de nível superior representou um dos principais entraves à execução dos planos diretores de desenvolvimento regional. O



estudo realizado pelo “Grupo de Reequipamento Técnico” e Científico das Universidades do Nordeste (GRUNE), a SUDENE e o Ministério da Educação e Cultura, identificou como prioridades a expansão de Escolas de Nível Superior e reestruturação do nível técnico científico no Nordeste<sup>65</sup> (SUDENE, 1966b).

O Segundo Plano Diretor (1966b) apresentou como medida para a reestruturação da economia agropecuária do Nordeste o Projeto de Colonização do Maranhão. Esse projeto de migração foi direcionado pelos seguintes fatores: organização do escritório base em Pindaré-Mirim, de Operações e Coordenação Geral do Projeto; a instalação de escolas; programa de saúde; comercialização e organização econômica; e infraestrutura e logística.

A SUDENE reorganizou a economia agropecuária com projetos nos seguintes setores: equalização da produção de alimentos com a sua demanda; melhoria da pecuária; produção de algodão; pesquisas agrônômicas; organização de cooperativas rurais; incentivos a fruticultura; conservação do solo, expansão da área e irrigação do São Francisco. Por sua vez, a sua política industrial foi direcionada para dar continuidade às diretrizes iniciadas pelo seu Primeiro Plano Diretor nos setores: o têxtil, produção de sal, oportunidades de investimentos na produção de mamona, óleos vegetais, curtume e a indústria siderúrgica.

O setor de infraestrutura permaneceu como uma das metas prioritárias do Segundo Plano Diretor da SUDENE. O seu objetivo principal foi construir uma Rede Prioritária com recursos para investimentos em um sistema de estradas, como eixo de unificação das capitais da região e os centros de produção aos portos, de modo que, facilitasse o transporte de mercadorias do Nordeste para os Estados do Sul do país (SUDENE, 1966b).

Mesmo, após o Golpe Militar em 1964, a SUDENE permaneceu ativa, porém o seu Segundo Plano Diretor foi interrompido. O posicionamento institucional da SUDENE foi rebaixado, passou de Autarquia que respondia somente a Presidência

---

65 Para o primeiro objetivo foram instituídas metas para apoio, em infraestrutura, financeira e orientação de aptidão, ao aluno que pretende avançar seus estudos ao nível superior. A SUDENE declarou seu incentivo à criação de novos cursos superiores de Agronomia, Veterinária e Engenharia, ampliando a oferta anual de 500 bolsas aos alunos. O segundo objetivo objetivou a reestruturação do ensino técnico científico através da ampliação de Institutos criados pela GOSUPI e expansão de vaga para a pós-graduação em universidade existente no Nordeste – Ceará, Recife e Bahia. Aperfeiçoamento do ensino e pesquisa no setor de Ciências Básicas (Física, Matemática e Química) como medida que antecede a criação de futuros Institutos. Melhoria do ensino da Universidade Rural de Pernambuco para a formação de docentes para Escolas Agrícolas de nível médio da região. Reequipamento e ampliação das Universidades nos setores que há maior demanda por pessoal (SUDENE, 1966b).

da República para agência confiada ao Ministério do Interior (MINTER). Nessas condições, o MINTER assumiu ao lado do recém-inaugurado Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais (MECOR) as responsabilidades relativas ao desenvolvimento regional (CARVALHO, 1988).

Portanto, para Furtado (2009[1979]) o regime autoritário que foi instaurado a partir de 1964 retirou da SUDENE a sua excepcionalidade, a ação política. Apesar, de manter ativa essa instituição nos governos militares e serem formulados os seus Terceiro e Quarto Planos Diretores, ela foi esvaziada politicamente. Anteriormente, no período de 1959-64, a SUDENE foi uma instituição responsável pelo planejamento econômico regional, ou seja, os interesses do Nordeste ficaram acima dos interesses partidários dos governadores estaduais dessa região, membros que compuseram o Conselho Deliberativo da SUDENE. A prioridade dada a Política da SUDENE permaneceu central mesmo após a sucessão dos presidentes Kubitschek, Quadros e Goulart, atravessando os interesses particulares dos seus respectivos partidos políticos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Questões que foram emergentes para o GTDN e nos dois primeiros Planos Diretores da SUDENE haviam sido escamoteadas pelo Terceiro e Quarto Planos Diretores. A restrita diversificação produtiva do Nordeste e a conservação da estrutura produtiva, liderada pela elite local excluiu a oportunidade de emergência de pequenos agricultores, o que determinou a permanência e expansão da monocultura no Nordeste. O estreitamento das relações comerciais com o Centro-Sul, associada à complementação da produção industrial do Nordeste aos insumos industriais produzidos com o Centro-Sul escapou a alternativa inicialmente proposta pelo GTDN, a de concluir o ciclo produtivo industrial no Nordeste. A proposta do relatório do GTDN de reorganização fundiária foi arquivada, a intervenção no Semiárido reforçou a concentração de investimentos em agricultura irrigada e na pecuária em pontos focais.

O monopólio da cana na Zona da Mata foi reafirmado e a expansão da produção agrícola para as terras úmidas foi arquivada, os incentivos fiscais concedidos pelo mecanismo 34/18 foram concedidos em grande medida a empresários oriundos do Centro-Sul ou agricultores que faziam parte da elite nordestina (ARAÚJO, 2000).

Apesar das medidas propostas pelo Segundo Plano Diretor da SUDENE não terem sido colocadas em prática, esse documento apresentou uma importante questão em relação aos anteriores. O Segundo Plano Diretor da SUDENE reposicionou a questão social e pode ser afirmado que a compreensão do desenvolvimento nessa fase dessa instituição não se limitou ao crescimento econômico por intermédio de projetos industriais e infraestrutura. Avançou no sentido de formular medidas ousadas para a expansão da educação e treinamento de mão de obra no Nordeste. O aspecto do bem estar social, habitação, saúde, saneamento básico passou a ser determinado pela SUDENE como condição para o desenvolvimento.

É possível apontar que a SUDENE, em seu Segundo Plano Diretor, fez uma inflexão na ideologia desenvolvimentista, apresentando a questão social não como consequência do crescimento econômico, mas como condição para alcançar o desenvolvimento. O protagonismo das diretrizes para o crescimento econômico nos Primeiro e Segundo Planos Diretores da SUDENE permaneceu, porém, não é possível deixar de apontar a emergência da questão social.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. B. **Ensaio sobre o Desenvolvimento Regional Brasileiro**: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CADERNOS DO DESENVOLVIMENTO. – Ano 1, n.1 (2006) Rio de Janeiro : Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2006.

CANO, Wilson. **Raízes da Concentração industrial em São Paulo**. 4ª ed. Campinas, SP:UNICAMP/IE, 1977.

\_\_\_\_\_. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil**: 1930-1970. Campinas, SP: UNESP, 2007.

CARVALHO, O. **A Economia Política do Nordeste (seca, irrigação de desenvolvimento)**. Rio de Janeiro: Campus, Brasília, 1988.

CASTRO, Antônio Barros de. O Desenvolvimento Recente do Nordeste. **7 ensaios sobre a economia brasileira**, 3ª ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1980, Vol.2.

CARVALHO, F. (2011). **SUDENE**: Do desenvolvimento cepalino ao desenvolvimento endógeno. AMARAL, J. e CARRILLO, J. (org). Trajetórias de desenvolvimento local e regional: uma comparação entre a região Nordeste do Brasil e a Baixa Califórnia, México. Rio de Janeiro, RJ: E-papers.

GOODMAN, D. e ALBUQUERQUE, R. **Incentivos à Industrialização e Desenvolvimento do Nordeste**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1974.

GUMIERO, R. G. **Diálogo das teses do subdesenvolvimento de Rostow, Nurkse e Myrdal, com a teoria do desenvolvimento de Celso Furtado**. São Carlos: UFSCar – Programa de Pós Graduação em Ciência Política (Dissertação de Mestrado), 2011.

GTDN. **Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste**. Recife, 2ª ed, 1997.

FURTADO, C. **A operação nordeste**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959.

\_\_\_\_\_. **A fantasia organizada** (memórias). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. **Brasil**: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **A Formação Econômica Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. Discurso na cerimônia de instalação da Operação Nordeste (1959). In: **O Nordeste e a saga da Sudene (1958-64)**. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado / Editora Contraponto, 2009.

\_\_\_\_\_. A luta pelo Nordeste e a estratégia da Sudene (1962). In: **O Nordeste e a saga da Sudene (1958-64)**. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado / Editora Contraponto, 2009.

\_\_\_\_\_. Para o Nordeste: 15 anos perdidos (1979). In: **O Nordeste e a saga da Sudene (1958-64)**. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado / Editora Contraponto, 2009.

LIMA, M. C. O Conselho Deliberativo da Sudene. In: **O Nordeste e a saga da Sudene (1958-64)**. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado / Editora Contraponto, 2009.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma Re(li)gião**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2008.

SUDENE. **Primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste**. Recife, 1966a.

\_\_\_\_\_. **Segundo Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste**. Recife, 1966b.